

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DA  
INFORMAÇÃO

DISCIPLINAS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

<b>DISCIPLINA: Tópicos em Fontes de Informação em Áreas Específicas D</b> (Estado, Informação e Sociedade no Brasil)			<b>CÓDIGO</b> - OTI 117 turmas TA1 e TB1	
<b>PROFESSOR:</b> ANA PAULA MENESES ALVES				
<b>DEPARTAMENTO</b> Organização e Tratamento da Informação			<b>UNIDADE</b> Ciência da Informação	
<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>TEÓRICA</b>	<b>PRÁTICA</b>	<b>TOTAL</b>	<b>CRÉDITOS</b>
	60	00	60	04
<b>ANO LETIVO</b> 1º semestre de 2019			<b>PERÍODO</b> 7º	
<b>PRÉ-REQUISITOS</b>			<b>CÓDIGOS</b>	
<b>CURSOS PARA OS QUAIS É MINISTRADA</b> Biblioteconomia			<b>CLASSIFICAÇÃO</b> Optativa	

**EMENTA**

Exame de questões e organização de um panorama do contexto informacional do Brasil, do período colonial até a atualidade. Explicitação das relações entre a legislação vigente de acesso à informação e aspectos éticos da informação. Estudos de aspectos atuais da relação entre Estado, informação e sociedade no Brasil na atualidade, como *fake news*, desinformação, poder da mídia no Brasil e mídia e bibliotecários.

**OBJETIVOS**

A disciplina tem como objetivo promover discussões pertinentes sobre o contexto informacional brasileiro desde a época do descobrimento até os dias atuais, destacando períodos históricos como a Período Colonial, Era Vargas, Ditadura Militar, Governos Lula, Dilma e Temer. Observar as implicações da atual Lei de Acesso à Informação, a influência da mídia na sociedade e na atuação do bibliotecário, bem como as implicações da informação no contexto digital brasileiro, destacando a polaridade de opiniões nas mídias sociais, a influência das mídias digitais e a questão da desinformação.

**PROGRAMA**

1. Informação e poder

2. A censura dos livros em terras brasileiras no período colonial.
3. 1808 e a criação da Prensa Régia.
4. Constituição de 1891.
5. A Revolução de 1930, a Era Vargas e o Estado Novo.
6. A declaração da UNESCO sobre direito à Informação.
7. A Ditadura Militar e a censura.
8. A Constituição de 1988.
9. Lei de arquivos.
10. Lei de Acesso à Informação.
11. Estado, informação e sociedade no Brasil na atualidade: *fake news*, desinformação, poder da mídia no Brasil, mídia e bibliotecários.

## **METODOLOGIA**

- Aulas expositivas;
- Dinâmicas integradoras;
- Leituras dirigidas e discussões;
- Exibição de filmes e documentários;
- Produção de artigo científico;
- Participação de convidados externos;
- Debates.

## **AVALIAÇÃO**

Produção de artigo científico;  
Apresentação e discussão de textos;  
Apresentação e participação efetiva nos debates;  
Participação nas dinâmicas integradoras.

## **CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

Desempenho em sala de aula, desempenho nos debates e avaliação do conteúdo apresentado em sala de aula.

## **NORMA DE RECUPERAÇÃO**

Apresentação de trabalho e/ou realização de prova escrita pelos alunos regimentalmente habilitados e segundo prazos fixados pelo Calendário Escolar.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ASHEIM, L. Bibliotecas e censura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 73, n. 3/4, p. 271-272, 1980. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/18225>>. Acesso em 12 fev. 2018.

LEITÃO, B. J. M. **Bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e regime militar**: uma reflexão. Rio de Janeiro: Interciência, 2011.

LEITE, L. R. T.; MATOS, J. C. M. Zumbificação da informação: a desinformação e o caos informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.13, 2017. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/918>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

MARTINO, A.; SPATERRA, A. P. A censura no Brasil do século XVI ao século XIX. **Estudos Linguísticos**, Campinas, XXXV, p. 234-243, 2006. Disponível em: <[https://www.usp.br/proin/download/artigo/artigos\\_censura\\_brasil.pdf](https://www.usp.br/proin/download/artigo/artigos_censura_brasil.pdf)>. Acesso em: 09 fev. 2018.

REIMÃO, S. “Proíbo a publicação e circulação...” – censura a livros na ditadura militar. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, jan./abr. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142014000100008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100008)>. Acesso em 12 fev. 2018.

SCHWARCZ, L. M. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 37-81, p. 119-153, p. 183-286.

SILVEIRA, H. F. R. da. Um estudo do poder na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 79-90, set./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a08v29n3.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARRA, S. H. S. A Impressão Régia do Rio de Janeiro e a colonização dos sertões na construção do novo império português na América (1808-1822). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 442-464, jul./dez. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2015000200442](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2015000200442)>. Acesso em: 06 fev. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 11 mar. 2018.

BRASIL. **Lei n. 8159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2018.

BRASIL. **Lei n.12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2018.

MARTINS, H.; VALENTE, J. **Fake news: controle na internet e desafios para as eleições de 2018**. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, 2018. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/especiais/fake-News>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

OLIVEIRA, A. N. de; CASTRO, J. L. de. Enfoques da revolução francesa, nazismo e ditadura militar no Brasil: repressão e censura à informação. **REBECIN**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 117-134, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.brapi.inf.br/index.php/article/view/0000022693/2199d2b39b9bfed357506edf3a30ae6d>>. Acesso em 12 fev. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Resolução nº 217 A (III) da Assembleia

Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Assinada pelo Brasil na mesma data. Disponível em:

<<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>>.

Acesso em 12 fev. 2018.